



XXXII SAESUNN  
XIII SAESCO  
IV SAESSUSE

Seminário de Acesso ao Ensino Superior

Rio Quente - GO

## RELATÓRIO FINAL

### Considerações Iniciais

O SAES 2008 congregou simultaneamente o XXXII SAESUNN – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Norte e Nordeste, o XIII SAESCO – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Centro-Oeste e o IV SAESSUSE – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Sul e Sudeste.

O SAES 2008, promovido pela Universidade Federal de Goiás e pela Universidade Estadual de Goiás, teve como tema central “o acesso ao ensino superior em foco: desafios e perspectivas” e como sede o Rio Quente Resorts, complexo turístico localizado na cidade de Rio Quente, em Goiás.

Este relatório tem o objetivo de registrar as principais discussões travadas durante o evento. Não tem a pretensão, portanto, de relatar detalhadamente todos os debates do SAES.

### Abertura Oficial do Evento 18/05/2008 – 21:00 horas

Participaram da mesa de abertura do evento os seguintes professores:

- ✓ Edward Madureira Brasil  
Reitor da UFG
- ✓ José Custódio Pereira Neto  
Diretor da UEG – Unidade Caldas Novas  
(representando o Reitor da UEG, Prof. Luiz Antônio Arantes)

- ✓ Luciana Freire  
Presidente da Comissão Organizadora do evento e Presidente do Centro de Seleção da UFG
- ✓ Maria Sallete de Trindade Rebelo  
Vice-Presidente de Comissão Organizadora do evento e Diretora do Núcleo de Seleção da UEG  
(representando o Governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues)
- ✓ Luiza Izabel Taveira Rocha  
Superintendente de Ensino Superior do Estado de Goiás  
(representando o Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, Sr. Wagner José Rodrigues)

Após a execução do Hino Nacional, o mestre de cerimônia deu boas vindas a todos os presentes.

A Profª Luciana Freire agradeceu a presença de todos, esclareceu o principal objetivo do SAES 2008, ressaltando a importância de aproveitarmos esse momento para, por meio da troca de experiências, intensificarmos o debate em torno de questões pedagógicas que têm desafiado as comissões de vestibulares de nossas universidades. Ao falar sobre algumas opções tomadas pela Comissão Organizadora do evento, a professora salientou que, da escolha da logomarca à escolha do local, passando pela programação cultural e pelo cardápio do jantar típico, em tudo havia a intenção de mostrar a cultura do Estado de Goiás para todos os congressistas do SAES. Por fim, a Presidente da Comissão Organizadora desejou que todos se sentissem em casa.

Em seguida, foi feita homenagem a Prof. Verbena Moreira Soares de Sousa Lisita, ex-Presidente da Centro de Seleção da UFG, falecida em agosto de 2007.

A Profª Maria Salette disse que o Governador declarou ter ficado muito honrado com o fato de Goiás sediar o SAES 2008. A professora afirmou ter certeza das grandes contribuições que os debates do SAES trarão para o processo seletivo das universidades brasileiras e deu as boas vindas a todos.

O Prof. José Custódio justificou a ausência do Reitor da UEG e ressaltou que o SAES 2008 é resultado de uma frutífera aproximação entre UFG e UEG.

O Prof. Edward justificou a ausência da Profª. Sandramara Matias Chaves, Pró-Reitora de Graduação. Falou de sua satisfação em participar do SAES, ressaltando a grande importância do evento, principalmente porque o vestibular é um dos dois momentos de maior visibilidade das IES para a sociedade, e deu boas vindas a todos, não apenas ao SAES, mas ao Estado de Goiás e a essa nova e forte parceria entre UFG e UEG.

## Mesa Redonda 1

19/05/2008 – 09:00 horas

Tema: POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: AÇÕES AFIRMATIVAS E SISTEMA DE AVALIAÇÃO SERIADO

Palestrantes:

- ✓ **Leandro Russovski Tessler**  
Coordenador Executivo COMVEST/Unicamp  
tessler@comvest.unicamp.br
- ✓ **Maria Amélia de Campos Oliveira**  
Assessora da Pró-Reitoria de Graduação da USP  
macampos@usp.br
- ✓ **Maria Salette da Trindade Rabelo**  
Diretora do Núcleo de Seleção da UEG  
salette@ueg.br
- ✓ **Sabrina Moehlecke**  
Coordenadora do Projeto Conexão de Saberes UFRJ  
sabrina.moehlecke@gmail.com
- ✓ **Luciana Freire Ernesto Coelho Pereira de Sousa (moderadora)**  
Presidente do Centro de Seleção da UFG  
lufresa@uol.com.br

O **Prof. Leandro Russovski Tessler** apresentou o Sistema de Pontos Bônus, utilizado como mecanismo de ação afirmativa no Vestibular da UNICAMP desde 2004. Baseando-se no inciso V do Art. 208 da Constituição Federal, que assegura que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, o Conselho Universitário da Unicamp entendeu que a melhor opção de ação afirmativa não é a reserva de vagas, mas a busca pelos candidatos que melhor aproveitariam o ensino superior. Segundo esse professor, um estudo feito na Comvest demonstrou que ter estudado em escola pública é um fator determinante para bom desempenho acadêmico. E, assim, ao aumentar o número de estudantes oriundos de escola pública dentro de uma faixa de pontuação em que os candidatos apresentam desempenho equivalente, é possível selecionar melhores alunos para a Unicamp. Dessa forma, o sistema foi concebido buscando aliar inclusão social, mérito acadêmico e autonomia

universitária. Foi criado o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) e dentro dele são oferecidos:

- 30 pontos extras para candidatos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.
- 40 pontos extras para autodeclarados pretos, pardos e indígenas que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas.

Além disso, houve aumento no número de isenções de taxas de inscrição para o vestibular e foi implantado o Programa de Apoio ao Estudante Carente, com o objetivo de oportunizar ao estudante oriundo de camadas menos favorecidas economicamente a permanência na universidade.

No entendimento dessa Comissão de Vestibular, ação afirmativa não é sinônimo de cotas: “ação afirmativa ocorre sempre que pessoas ou instituições saem de seu caminho (tomam uma ação positiva) para aumentar a probabilidade de igualdade verdadeira entre indivíduos de diferentes categorias. Sempre que uma instituição de ensino gasta energia para assegurar que mulheres e homens, portadores de necessidades especiais e público em geral, brancos e negros, pobres e ricos tenham as mesmas chances de obter educação, essa organização está colocando em prática uma política de ação afirmativa”.

Os argumentos apresentados contra o sistema de cotas foram:

- Cotas oferecem reserva de vagas independentemente da demanda
- Cotas oferecem reserva de vagas independentemente do mérito acadêmico
- Cotas criam barreiras intransponíveis entre os candidatos
- Cotas abrem caminho para ações discutíveis

Foram apresentados dados de quatro vestibulares, que, segundo a COMVEST, mostram que o desempenho acadêmico medido pelo coeficiente de rendimento (CR) dos beneficiados pelo PAAIS aumentou mais do que o dos demais em 50 dos 53 cursos da Unicamp, com significância estatística em 29 deles. Além disso, com o PAAIS, houve aumento do número de alunos ingressantes oriundos do Ensino Médio Público, inclusive nos cursos mais concorridos. Assim, esse Programa teria mostrado que é possível estabelecer, com resultados acadêmicos e socioeconômicos satisfatórios, um programa de ação afirmativa sem cotas.

A **Profª Maria Amélia de Campos Oliveira** apresentou o Programa de Inclusão Social da USP – INCLUSP. Com o objetivo de diminuir as barreiras

socioculturais que dificultam o acesso e a permanência de jovens de segmentos menos favorecidos da sociedade em seus cursos de graduação, o PASUSP prevê ações antes, durante e após o ingresso na USP.

- ANTES: Projeto “Embaixadores da USP na Escola Pública”, em que alunos ingressantes na USP provenientes de escolas públicas são convidados a retornar a suas instituições para divulgar as ações da USP voltadas para o acesso e a permanência do estudante do ensino público;
- DURANTE: Sistema de Pontuação Acrescida (bônus) para estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas no Brasil;
- DEPOIS: Bolsas de Apoio à permanência estudantil.

A aplicação do Sistema de Pontuação Acrescida teve início em 2007 – um bônus de 3% foi aplicado à pontuação da primeira e segunda fases do vestibular para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio público. Esse bônus foi mantido em 2008 para possibilitar análises comparativas.

A hipótese de que o bônus teria papel determinante no aumento do número de aprovados provenientes do ensino público foi confirmada. A comparação da situação real (com o bônus) com uma situação simulada (sem o bônus) permitiu constatar que o bônus interrompeu uma tendência, iniciada em 2005, de redução do número de ingressantes provenientes da escola pública. Em 2007, o bônus foi responsável pelo ingresso de 333 estudantes de escolas públicas e, em 2008, foram 375 ingressantes Includsp.

Observando-se o desempenho dos alunos ingressantes em 2007, verificou-se que as médias dos ingressantes INCLUSP (6,3) ficaram ligeiramente acima da média da Universidade (6,2). Dos 118 cursos de graduação da USP, a média INCLUSP foi igual em oito cursos e superior em 64.

Com base nesses resultados, optou-se por ampliar o sistema de pontuação acrescida a partir de 2009: além do bônus de 3%, haverá um bônus qualificado pelo desempenho do estudante no ENEM (até 6%) e no Programa de Avaliação Seriada da USP (PAS-USP) (até 3%), portanto o bônus poderá chegar a até 12%.

O PASUSP – Programa de Avaliação Seriada da USP – prevê a avaliação do desempenho de alunos de escolas públicas ao longo do ensino médio regular da rede estadual do Estado de São Paulo. O início do programa está previsto para 2008, apenas para alunos do terceiro ano de ensino médio regular. Em 2010 e 2011,

pretende-se ampliá-lo progressivamente para as demais séries. As provas serão elaboradas por professores da USP e a aplicação e correção das provas ficarão a cargo da FUVEST. O PASUSP é opcional e gratuito e, neste primeiro ano de implantação, destina-se a estudantes que estejam cursando o 3º ano do Ensino Médio regular em escolas públicas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Como parte do Includsp, o PASUSP coaduna-se totalmente com seus objetivos, pois visa

- aproximar a USP das escolas públicas da rede estadual de ensino;
- antecipar o contato dessas escolas com o processo seletivo de ingresso na USP;
- estimular a participação de seus estudantes no vestibular da USP;
- minimizar os efeitos da auto-exclusão nelas existente.

Espera-se que essas ações continuem possibilitando o acesso e a permanência de estudantes oriundos do ensino público nos cursos da USP.

A **Profª Maria Salette da Trindade Rabelo** apresentou o SAS – Sistema de Avaliação Seriado, implementado pela Universidade Estadual de Goiás em 2005. Criada em 1999, a UEG tem hoje 41 Unidades Universitárias em 38 cidades do Estado de Goiás.

Criado pelo Núcleo de Seleção da UEG, o SAS tem sido aplicado de maneira gradual, sistemática e cumulativa, com o objetivo de:

- selecionar candidatos do ensino médio de maneira seriada;
- avaliar de forma contextualizada e interdisciplinar;
- ampliar a interação da UEG com a escola.

Atualmente, 706 escolas participam do SAS. Do total de vagas destinadas aos cursos de graduação da UEG, 20% são destinadas ao SAS, o que representa atualmente 1001 vagas para ingresso no primeiro semestre de cada ano. Dessas, 45% são reservadas aos seguintes grupos: estudantes oriundos de escola pública, negros, indígenas e portadores de deficiência.

O candidato reprovado no Ensino Médio não é eliminado do SAS, já que poderá ser incluído em turma do ano posterior.

Os candidatos fazem prova a cada ano, “parcelando” o vestibular em três etapas, cumpridas ao longo do ensino médio, mas só fazem a opção pelo curso no terceiro ano. Os candidatos de primeiro e segundo anos são submetidos apenas à

prova objetiva de conhecimentos gerais. No terceiro ano, além da prova objetiva de conhecimentos gerais, os candidatos fazem prova discursiva específica e prova de redação. Os candidatos para o curso de Arquitetura e Urbanismo fazem também uma prova de habilidade específica. A prova de redação apresenta três propostas para o candidato escolher apenas uma: narração, dissertação e carta argumentativa.

Anualmente, a UEG realiza encontros pedagógicos, com a finalidade de avaliação do sistema, para que, a partir de críticas e sugestões apresentadas pelos usuários, o SAS possa ser aperfeiçoado.

De acordo com depoimentos colhidos nesses encontros, o SAS é a forma mais adequada para acesso ao Ensino Superior, já que avalia o progresso do aluno ao longo do Ensino Médio e não analisa apenas uma situação momentânea, facilmente determinada por fatores emocionais, como ocorre no vestibular. Além disso, o SAS permite ao aluno do Ensino Médio superar suas deficiências a cada ano e traçar estratégias com mais liberdade.

A Prof<sup>a</sup> Salette afirmou que, dessa forma, o SAS está a serviço da aprendizagem do aluno, e conseqüentemente da promoção da cidadania, e finalizou sua apresentação com uma frase de Rubem Alves:

*“É preciso criar pessoas que se atrevam a sair das trilhas aprendidas, com coragem de explorar novos caminhos, pois a ciência constitui-se pela ousadia dos que sonham e o conhecimento é a aventura pelo desconhecido em busca da terra sonhada”.*

A **Prof<sup>a</sup> Sabrina Moehlecke** apresentou inicialmente o perfil do aluno de graduação da UFRJ, preocupando-se principalmente em responder se os EUOP (Estudantes Universitários de Origem Popular) estão presentes na UFRJ. Para definir essa condição foram utilizadas três variáveis nacionais: renda média familiar (até 6 salários mínimos), escolaridade dos pais (até ensino médio) e território (moradores de favelas e subúrbios).

Os gráficos apresentados demonstram em que proporção os EUOP estão presentes na UFRJ e mostram esses números detalhadamente por faixa etária, por escolaridade do pai, por tipo de instituição de ensino freqüentada no ensino médio e por cor informada. Em 2005, os EUOP correspondiam a 9% dos alunos, e, segundo a Prof<sup>a</sup> Sabrina, esse número aumentou, porque não tem havido evasão entre esses alunos.

Chegou-se à conclusão que a maioria dos EUOP tem ingresso mais tardio (mais de 21 anos), vem de escola pública (embora cerca de 40% venha de estabelecimentos não públicos, possivelmente de baixos custos), é branca, segundo a cor informada. A maior incidência de EUOP na UFRJ está no curso de Serviço Social e em algumas licenciaturas.

Uma “Comissão de Acesso” foi recentemente criada para coordenar as seguintes ações:

- ✓ Programa conhecendo a UFRJ
- ✓ 3 cursos pré-vestibulares, localizados em Samora Machel, Nova Iguaçu e Caju.
- ✓ Isenção de taxa de inscrição do vestibular (desde 1996)
- ✓ Bolsas de Auxílio e Moradia
- ✓ Transferência externa de vagas ociosas (em média, 500 vagas por ano)

Encerrando sua exposição, a Profª Sabrina relacionou três desafios na construção da excelência acadêmica com igualdade social:

- ✓ Alteração do sistema de ingresso
- ✓ Ampliação do ensino noturno
- ✓ Acompanhamento da trajetória dos EUOP na universidade

### **Debates sobre exposição da Mesa Redonda 1**

Depois da exposição de todos os palestrantes, a moderadora da mesa, Profª Luciana Freire convidou todos os presentes para o “café com prosa”. Em seguida, todos retornaram ao auditório para debater as questões apresentadas pela mesa.

As questões propostas pelos congressistas aos membros da Mesa 1 foram basicamente:

- a) A pertinência ou não de se perpetuar as diversas ações afirmativas adotadas pelas universidades com o objetivo de democratizar o ensino. Os projetos que devem ser desenvolvidos para que a democratização no ensino ocorra sem a necessidade desse tipo de ação.
- b) Como evitar distorções em relação às autodeclarações feitas pelos candidatos no momento da inscrição para os processos seletivos?



- c) Como é feito o acompanhamento dos alunos que ingressam via sistema de cotas ou outras ações afirmativas?
- d) Como calcular o percentual de bônus a ser concedido para os candidatos oriundos de escola pública? Para alguns cursos, 3% talvez sejam suficientes, para outros (medicina, por exemplo) é muito pouco.

## **Encontro dos Seminários Regionais**

**19/05/2008 – 14:00 horas**

Ocorreram simultaneamente os seguintes seminários:

- ✓ **XXXII SAESUNN** – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Norte e Nordeste  
Moderador: Prof. Marcos José de Almeida Gama (UFCG)
- ✓ **XIII SAESCO** – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Centro-Oeste  
Moderador: Prof. Valtercides Cavalcante da Silva (UFG)
- ✓ **IV SAESSUSE** – Seminário de Acesso ao Ensino Superior das Universidades do Sul e Sudeste  
Moderador: Prof. Roberto Vianna da Silva (UNIRIO)

Basicamente, por sugestão da coordenação do evento, foram discutidos aspectos relacionados a:

### **1) APLICAÇÃO DE PROVAS**

- 1.1) Acondicionamento das provas
  - malotes
  - envelopes de segurança com as provas
- 1.2) Acompanhamento dos malotes e segurança da equipe de trabalho
- 1.3) Documentação exigida
  - coleta de impressão digital (utilização ou não da Polícia Técnica-Científica)
- 1.4) Materiais permitidos para ingresso nos locais de prova e realização das provas
  - detectores de metais (objetos eletro-eletrônicos)
  - lápis, borracha, etc.
- 1.5) Remuneração da equipe de trabalho

## **2) BANCAS DE ELABORAÇÃO**

### **2.1) Indicação x escolha**

- perfil dos elaboradores e os documentos legais em vigor
- relação entre os membros da banca e a Comissão do Vestibular
- requisitos para participação na elaboração de provas: normas de segurança (confinamento, parentesco, controle do material trazido/produzido etc.)

### **2.2) Remuneração**

## **3) CORREÇÃO DE PROVAS DISCURSIVAS E DE REDAÇÃO**

### **3.1) Logística**

- organização dos pacotes de provas (separação das provas, etiquetagem e despersonalização)
- controle dos pacotes de provas (manual e/ou eletrônico)
- controle dos cartões de correção (1º corretor, 2º corretor, informatização - leitora óptica e/ou digitalização)

### **3.2) Procedimentos pedagógicos para correção (amostral e afinação de critérios)**

### **3.3) Resultado final (discrepância e nota final)**

## **4) PEDIDO DE VISTA E REVISÃO DE PROVAS (RECURSOS)**

### **4.1) Instâncias**

- atendimento ao candidato
- comissão do vestibular
- órgãos superiores

### **4.2) Respostas de liminares e mandatos de segurança**

## **5) PROVAS PRÁTICAS EM CONCURSOS PÚBLICOS**

### **5.1) Elaboração de critérios**

### **5.2) Simulação**

### **5.3) Logística de aplicação (identificação, fichas ou cartões de avaliação, avaliadores, equipe de apoio)**

### **5.4) Equipe de socorros (médicos, ambulâncias, corpo de bombeiros)**

### **5.5) Recursos Judiciais.**

Após o “café com prosa” todos os congressistas se reuniram novamente num mesmo auditório para que os relatores de cada um dos seminários regionais pudessem apresentar as principais discussões de seus respectivos grupos.

Relacionam-se abaixo os principais tópicos discutidos:

## **SAESUNN**

- ✓ Sugeriu-se a utilização do programa Teleform para digitalização das provas, porque auxilia na redução de tempo e garante maior segurança em relação à leitura ótica.
- ✓ A escolha da banca corretora nem sempre é consensual. Foi sugerido que a banca elaboradora escolha os membros da banca corretora. Os elaboradores devem ter conhecimento do Ensino Médio e do perfil que a universidade busca.
- ✓ Na UFPE todas as provas são elaboradas por dois professores, acompanhados por um consultor sobre interdisciplinaridade.
- ✓ As provas são corrigidas por dois corretores independentes. Se houver discrepância, há uma terceira correção. Há cuidado acentuado com os zeros e as notas máximas.
- ✓ Para controlar a possibilidade de fraude, há coleta de impressão digital, mais de um tipo de prova, coleta de assinatura do candidato no dia da prova e quando se iniciam as aulas.

## **SAESCO**

- ✓ Com relação à segurança, observou-se a tendência de se priorizarem algumas estratégias, principalmente em relação ao acondicionamento das provas, malote e transporte.
- ✓ Os candidatos não podem ter acesso ao local das provas portando equipamentos eletrônicos e a impressão digital é colhida e conferida pela polícia técnica.
- ✓ No geral, as bancas são bem remuneradas. Não pode haver relação de parentesco. A maioria dos membros das bancas são professores da

própria universidade. Corretores podem ser de outras instituições (UFG não aceita professor de terceiro ano do Ensino Médio).

- ✓ Tanto o Centro de Seleção da UFG quanto o Núcleo de Seleção da UEG coordenam concurso para outras instituições, inclusive com prova prática, o que requer muito planejamento.

## **SAESSUSE**

- ✓ Com relação à impressão das provas, há muita diversidade de estratégias utilizadas. Algumas universidades têm gráficas próprias, outras não. Grande parte das universidades identifica os cadernos de provas.
- ✓ A tendência é não permitir que os candidatos levem a prova para casa ou que façam anotação do gabarito.
- ✓ Os celulares não são permitidos, mas algumas universidades optam pela utilização de envelopes, que são lacrados pelos próprios candidatos, em que são guardados objetos pessoais, inclusive celulares.
- ✓ Na UFJF, há apoio jurídico no dia da prova. Os candidatos que descumprem a norma e permanecem com celulares são eliminados. É elaborada ata relatando o ocorrido.
- ✓ A UNIRIO faz pesquisa prévia na internet para descobrir nome de envolvidos em fraudes. Caso haja algum candidato que já tenha tido envolvimento em fraudes de vestibulares, este(s) são recolocados em outra sala.
- ✓ No geral, os candidatos podem ter acesso ao local das provas com canetas, lápis e borracha. Algumas universidades, não permitem

borracha. A UFU empresta a caneta e não permite a entrada com qualquer objeto.

- ✓ No geral, há coleta de impressão digital e detector de metais. Em algumas universidades, as impressões só são verificadas nos cursos mais concorridos ou se há alguma dúvida quanto à identidade do candidato.
- ✓ Na UNIRIO, candidatos portadores de necessidades especiais têm 90 minutos a mais de tempo para fazer a prova.
- ✓ Em relação ao transporte das provas, algumas universidades optam pela discricção, em carros particulares e sem escolta policial.
- ✓ O envio das provas para outros estados é feito, por algumas universidades, por sedex.
- ✓ Na UFJF, as provas são colocadas em pastas que são lacradas, e acondicionadas em malotes com lacre numerado. Os coordenadores de aplicação das provas informam o número do lacre na ata e assinam, com testemunhas, inclusive de candidatos.
- ✓ Quando a universidade dispõe dessa prerrogativa, o pagamento da equipe de trabalho é feito via fundação. Em outras universidades, é feito com depósito em conta ou pagamento com CPF.
- ✓ Em geral, as provas são elaboradas por professores das próprias universidades e não são admitidas relações de parentesco.
- ✓ Na maioria das universidades, as bancas são bem remuneradas.
- ✓ No geral, as bancas têm dois membros. Na UNICAMP, às bancas têm quatro membros. Nessa universidade, são substituídos anualmente no mínimo um e no máximo dois membros.

- ✓ Na UERJ, antes de elaborar as provas, a banca recebe avaliação da prova anterior. As provas são avaliadas tecnicamente. A banca sugere um consultor que resolve a prova toda (todas as disciplinas). Nessa universidade, são elaboradas duas provas, para que uma fique de reserva.
- ✓ Em relação à correção das provas, todas as universidades trabalham mais ou menos da mesma forma: há dupla correção.
- ✓ Quanto ao pedido de vistas de provas, foi esclarecido que não pode constar no edital proibição de vista de prova, devido ser constitucional o direito de irresignação.
- ✓ A Unicamp não concede vistas nem recursos (não se trata de concurso, e sim de processo seletivo). Na UNIRIO, o pedido de revisão é cobrado (R\$ 65,00) e só pode ser solicitado pessoalmente. Na UFU, o candidato pode pedir gratuitamente vista de duas provas. Acima desse número, paga R\$ 5,00 por prova. E, nesta universidade, todos os cartões respostas são escaneados e disponibilizados via internet.
- ✓ No geral, as universidades consideram que as provas de habilidades específicas constituem tema bastante polêmico. Há quem questione a pertinência desse tipo de avaliação preliminar, sugerindo que os cursos organizem-se para preparar os candidatos, após a aprovação no processo seletivo normal. Normalmente, esse tipo de prova requer muito tempo para aplicação. Na Unicamp, por exemplo, o curso de Artes Cênicas oferece curso aos candidatos durante quatro dias, para verificar como se comportam em grupo. A tendência atual é haver apenas dois conceitos para esse tipo de prova: apto ou não-apto.

## **Assembléia sobre o perfil dos próximos SAES**

**19/05/2008 – 16:30 horas**

A organização do SAES 2008 foi bastante elogiada. Segundo os que se manifestaram, houve um grande avanço em relação ao ano anterior.

Confirmou-se que o próximo SAES será sediado pelas universidades do Rio de Janeiro, no período de 07 a 10 de junho de 2009.

Foram apresentadas as seguintes sugestões para os próximos SAES:

- 1) inclusão na programação das seguintes atividades:
  - a) relatos específicos;
  - b) exposição de produtos de empresas especializadas;
  - c) Grupo Temático sobre a elaboração de provas para deficientes auditivos;
  - d) discussão sobre questões financeiras relacionadas aos recursos arrecadados pelas fundações (questão já discutida no SAES anterior, cujo relatório ainda não foi disponibilizado)
- 2) criação de mecanismos mais eficientes para disponibilização das informações acerca das discussões dos SAES anteriores;
- 3) que sejam definidas as sedes dos dois SAES posteriores;
- 4) que o SAES ocorra sempre no domingo, segunda, terça e quarta-feira que antecedem ao feriado de Corpus Christi.

## **Mesa Redonda 2**

**20/05/2008 – 09:00 horas**

**Tema: INFLUÊNCIA DO REUNI NAS CONDIÇÕES DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**

**Palestrantes:**

- ✓ **Rodrigo de Araújo Ramalho Filho**  
Consultor da SESu/MEC e Membro do Grupo Assessor do REUNI  
rodrigo.ramalho@mec.gov.br
- ✓ **Nelson Cardoso Amaral**  
Assessor da Pró-Reitoria de Graduação da UFG  
nelsonamaral@cultura.com.br

- ✓ Marco Antônio Assfalk de Oliveira (moderador)  
Coordenador de Informática e estatística do Centro de Seleção da UFG  
assfalk@cs.ufg.br

O **Prof. Rodrigo de Araújo Ramalho Filho** apresentou a proposta oficial do REUNI, desde a sua concepção até a adesão de todas as universidades federais.

Criado pelo Decreto 6.096, de 24.04.2007, o REUNI tem como principais objetivos:

- a) criar condições, inclusive com o aporte de recursos, para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (nível de graduação);
- b) aumentar a qualidade, por meio do estímulo à inovação necessária à adequação às novas exigências, e por meio da articulação entre a graduação, a pós-graduação, a educação básica, profissional e tecnológica;
- c) Melhorar o aproveitamento da infra-estrutura física e dos recursos humanos das Universidades Federais.

E, como metas globais:

1. Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%.
2. Elevação gradual, em cursos presenciais de graduação, da relação alunos/professor = 18/1.
3. Prazo de 5 anos para cumprimento das metas, a contar do início de cada plano.
4. Aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação.

Em seguida, o Prof. Rodrigo passou a apresentar e analisar uma série de dados colhidos junto à SESu/MEC. Inicialmente, preocupou-se em mostrar como se distribuem as instituições de ensino superior (quem somos). Como mostra a tabela abaixo, nos últimos anos, tem havido grande expansão das instituições privadas:

Instituições (em %)	1994	2002	2003	2006
<b>Públicas</b>	25,6	11,9	11,1	10,93
<b>Privadas</b>	74,4	88,5	88,9	89,07

Esse crescimento fez com que o percentual de alunos matriculados no ensino privado passasse de 58,4% em 1994 para 74,1% em 2006.

Temos necessidade de expandir o ensino superior público, sendo essa, juntamente com a sua reestruturação, a grande justificativa para a criação do REUNI. Sobretudo porque a educação é dever do Estado, como determina o Art. 205 da Constituição Federal e esse dever deve ser efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística,



segundo a capacidade de cada um, como estabelece o inciso V do Art. 4º da LDB. Além disso, no Brasil, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso à universidade (percentual bastante inferior em relação ao de outros países em desenvolvimento).

Continuando sua exposição, o consultor da SESu/MEC historiou a trajetória de ações governamentais que resultou no REUNI, desde a primeira proposta da ANDIFES (Protocolo para Expansão do Sistema Público Federal de Ensino Superior), em dezembro de 1998, até a adesão de 100% das universidades federais ao REUNI, sendo 11 na primeira chamada e, 42, na segunda chamada, em dezembro de 2007.

O Prof. Rodrigo esclareceu os dois ciclos que caracterizam o programa de expansão das universidades federais e as ações aí empreendidas: a) PRIMEIRO CICLO – Expansão para o Interior (2003-2006); b) SEGUNDO CICLO – Expansão com reestruturação (2007-2012), ressaltando que este segundo ciclo prevê recursos novos para até 2012, com reflexos até 2017, ano médio de formação das turmas que deverão ingressar em 2012, isto é, para além do término do atual mandato governamental.

Depois de explicitar as três dimensões de importância nacional do REUNI (acadêmica, política e estratégica), o consultor apresentou dados sobre a interiorização do ensino público federal nas regiões norte, nordeste, sudoeste e centro-oeste.

Para o Prof. Rodrigo, os dados apresentados demonstram o forte impacto positivo do REUNI, já que indicam a significativa expansão do número de cursos e de vagas de graduação presenciais diurnas e, especialmente, noturnas, assim como a interiorização da educação superior pública e gratuita, o que representa forte esforço visando à redução das disparidades regionais e espaciais, em termos de oferta de ensino superior federal. É justamente nesse aspecto que as metas do REUNI convergem com as do SAES, já que ambas as iniciativas esforçam-se pela democratização do acesso ao ensino superior.

Nas palavras do Consultor na SESu/MEC, o REUNI simboliza “novas bandeiras e entradas” no interior do Brasil, em direção ao conhecimento”.

O **Prof. Nelson Cardoso Amaral** começou sua exposição justificando com dados estatísticos a pertinência do REUNI. Inicialmente, apresentou

informações que mostram o grande crescimento das instituições privadas. Em 1970, o número de matrículas no ensino privado (214.865) era muito semelhante ao do ensino público (210.613). No entanto, em 2006, o número de matriculados em instituições privadas (3.467.342) é bastante superior ao número de matriculados no ensino público (1.209.304).

Outro argumento apresentado pelo Prof. Nelson para reforçar a importância do REUNI refere-se ao que chamou de “exaustão do setor privado”, já que, baseando-se em dados do IBGE (rendimento médio mensal das famílias brasileiras), e considerando que somente aquelas famílias com renda a partir de cinco salários mínimos poderiam dirigir percentuais de seus rendimentos para efetivarem o pagamento de mensalidades para seus filhos e ainda, daqueles que ganham de cinco a dez salários mínimos somente a metade de salários mais elevados poderia fazê-lo, ter-se-ia um total de 34.278.000 pessoas nessas condições. Supondo que deste total 13% são jovens com idade de 18 a 24 anos (mesmo percentual dessa faixa etária na população brasileira), tem-se que 4.456.140 jovens poderiam pagar mensalidades. Número que já se aproxima do total de matrículas nas IES privadas, adicionados aos alunos das públicas que possuem rendimentos incluídos nas faixas maiores.

O Assessor da Reitoria da UFG apresentou também dados do INEP que mostram a relação entre o número de vagas na educação superior e o número de concluintes no ensino médio. Em 2000, havia 1.786.827 concluintes para 1.216.287, portanto um número maior de candidatos. Em 2004, no entanto, apenas quatro anos depois, o número de concluintes é de apenas 1.877.446 para 2.320.421 vagas.

Mostrou também muitos gráficos que comparam os recursos financeiros até aqui liberados para as IFES pelo governo Lula em relação aos liberados em governos anteriores, desde o governo Sarney. Os gráficos mostram um progressivo aumento no valor dos recursos investidos, principalmente se comparados ao governo anterior.

Concluindo sua exposição, o Prof. Nelson mostrou que o REUNI representa um grande avanço na democratização do ensino, porque:

- a) fará com que haja aumento de 69,7% nas vagas no ensino público federal (133.941 em 2007 para 227.260 em 2012);
- b) fará com que haja aumento de 140,6% nas vagas noturnas do ensino público federal (32.931 em 2007 para 79.215 em 2012);

Com isso, espera-se que o REUNI permita às classes menos favorecidas economicamente maior acesso ao ensino superior, que acolhe em seus bancos um número bastante reduzido de oriundos das classes D e E, conforme mostra a tabela a seguir:

Região	Classe socioeconômica							Total de Estudantes
	A1	A2	B1	B2	C	D	E	
Norte	0,5%	6,3%	10,2%	18,7%	42,5%	20,1%	1,7%	39211
Nordeste	1,7%	12,0%	17,1%	21,3%	32,5%	14,4%	1,0%	139683
Sudeste	1,5%	15,9%	22,7%	24,3%	27,7%	7,3%	0,5%	129440
Sul	1,8%	17,8%	24,4%	24,9%	25,6%	5,2%	0,2%	75988
Centro Oeste	2,3%	15,0%	16,6%	18,6%	33,2%	13,6%	0,7%	55751
<b>Total</b>	<b>1,6%</b>	<b>14,0%</b>	<b>19,3%</b>	<b>22,2%</b>	<b>30,9%</b>	<b>11,1%</b>	<b>0,8%</b>	<b>440073</b>
<b>Total de estudantes</b>	<b>7127</b>	<b>61733</b>	<b>85055</b>	<b>97891</b>	<b>135875</b>	<b>49038</b>	<b>3354</b>	

Para o Prof. Nelson, é preciso, entretanto, considerar que não basta dar acesso ao ensino superior. É necessário, sobretudo, criar condições para que essa parcela da sociedade permaneça na universidade. É por isso que as ações afirmativas também fazem parte do REUNI.

## Debates sobre exposição da Mesa Redonda 2

Após a exposição de todos os palestrantes, o moderador da mesa, Prof. Marco Antônio Assfalk de Oliveira, concluiu que alguns objetivos do REUNI, especialmente aqueles relacionados às dimensões “ampliação da oferta de educação superior pública” (aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; redução das taxas de evasão; e ocupação de vagas ociosas) e “compromisso social da educação” (políticas de inclusão; programas de assistência estudantil; e políticas de extensão universitária), coadunam-se perfeitamente com as metas do SAES. O Prof. Marco convidou todos os presentes para o “café com prosa”.

Em seguida, todos retornaram ao auditório para debater os temas apresentados pela mesa.

As questões propostas pelos congressistas aos membros da Mesa 2 foram basicamente:

- O que se pode dizer das vagas ociosas nas universidades públicas, já que um número significativo de vagas (10,2%) não é preenchido pelos vestibulares? Foi reafirmado que essas vagas de fato existem e que

parte dessa ociosidade é causada pela grande flutuação de estudantes nas universidades federais. Muitos candidatos são aprovados em muitos vestibulares e, obviamente, só se matriculam em uma.

- b) Correremos o risco de haver um recuo do governo em relação ao REUNI, ou seja, correremos o risco de, após os cursos criados, os recursos financeiros não serem repassados? Para os palestrantes, não há qualquer possibilidade de haver recuo por parte do governo, porque há interesse, não apenas político, mas também econômico. Além disso, os recursos financeiros estão garantidos até 2012.
- c) Os números impostos pelo REUNI (relação de 18 por 1) não representariam uma tentativa governamental de coibir a autonomia das universidades? Foi esclarecido que as regras não são tão rígidas assim, que há alguma maleabilidade na coleta nos números para análise (por exemplo, na UFG, os professores do Colégio de Aplicação foram desconsiderados no cálculo). Além disso, o governo tem lançado apelos de criatividade e ousadia para as universidades, mas, segundo o Prof. Rodrigo, apenas 10 das 53 universidades ousaram acrescentar inovações às propostas do REUNI.
- d) Não estaríamos vivendo uma política de ida e volta, já que estão sendo abertos diversos cursos que depois serão avaliados e poderão ser fechados? Dessa forma, o governo não estaria priorizando o quantitativo em detrimento do qualitativo? Esse debate, segundo a mesa, é necessário, mas deve-se lembrar que a avaliação é útil para garantir um nível mínimo de qualidade.
- e) Como o REUNI se relaciona com o assunto “vestibular”? Como devem ser as provas dos vestibulares para atender aos objetivos do REUNI? A mesa sugere que os congressistas do SAES reflitam sobre a seguinte questão: “as provas dos processos seletivos têm buscado uma formação mais ampla do estudante universitário?” Esforços

podem ser aproximados para que o grande objetivo de democratização do ensino superior seja alcançado.

## **Grupos Temáticos**

**20/05/2008 – 14:00 horas**

Simultaneamente, cinco Grupos Temáticos ocuparam-se das seguintes questões:

- ✓ **GT 1**  
**Portadores de necessidades especiais: acessibilidade, procedimentos e viabilização de condições especiais**
- ✓ **GT 2**  
**Gestão financeira: o gerenciamento dos recursos dos processos seletivos**
- ✓ **GT 3**  
**Sistemas de digitalização e divulgação do desempenho dos candidatos: aspectos técnico-operacionais e garantia de segurança dos dados**
- ✓ **GT 4**  
**Tipos de prova (objetivas e discursivas): a interdisciplinaridade como elemento articulador e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como eixo orientador**
- ✓ **GT 5**  
**Prova de redação: princípios norteadores e os critérios de correção**

### **Grupo Temático 1**

**Portadores de necessidades especiais: acessibilidade, procedimentos e viabilização de condições especiais**

Debatedores:

- ✓ **Marcus Vinícius Araújo Soares**  
Coordenador Acadêmico do CESPE/UnB  
mv@cespe.unb.br
- ✓ **Thelma Íris Perini**  
Docente da Universidade Católica de Goiás  
thelma@ucg.br

O **Prof. Marcus Vinícius Araújo Soares**, Coordenador Acadêmico do CESPE/UnB, apresentou dados relacionados ao atendimento especial que a UnB tem oferecido aos portadores de necessidade especiais nos processos seletivos da instituição.

Inicialmente, o professor preocupou-se em justificar as ações da Fundação Universidade de Brasília, dizendo que, além de priorizar valores como ética, justiça, respeito ao ser humano, responsabilidade social e solidariedade, essa instituição está cumprindo o que determina o título II, Capítulo I. Art. 5º da Constituição Federal: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e ainda o que estabelece o título XXXI do Art. 7º: “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais: [...] proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”.

Para garantir o que estabelece a constituição, a UnB, além de instalar salas especiais em hospitais e presídios para a aplicação das provas dos processos seletivos, oferece atendimento especial para o seguinte público: candidatos cuja religião pregue o repouso do pôr-do-sol de sexta-feira ao pôr-do-sol de sábado; candidatas com bebês em fase de amamentação, candidatas grávidas, candidatos com deficiência física (motora); candidatos com deficiência auditiva; candidatos com deficiência visual; e candidatos com problemas diversos.

Para regulamentar a concessão dos direitos, o edital do processo seletivo da UnB estabelece que:

*O candidato deverá indicar, na solicitação de inscrição, os recursos especiais necessários para realização de prova objetiva e discursiva.*

*O candidato deverá enviar ao CESPE/UnB, até o último dia de inscrição, laudo médico que justifique o atendimento especial solicitado.*

*A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas.*

O Coordenador Acadêmico do CESPE relacionou, então, todas as ações empreendidas para prestar atendimento especial para cada um dos segmentos de candidatos com necessidades especiais. E, em seguida, apresentou o PPNE –

Programa de apoio às pessoas com necessidades especiais da UnB para mostrar que, nessa instituição, a preocupação com o portador de necessidades especiais transcende o momento do vestibular. Criado em 1999 e vinculado diretamente a Vice-Reitoria da UnB, esse programa apóia o estudante com necessidades especiais durante toda a sua vida acadêmica na universidade, desenvolvendo ações junto a diferentes órgãos da UnB ou externos. Atualmente com 120 alunos cadastrados (113 da graduação e 7 da pós-graduação), o PPNE parte do princípio de que as necessidades especiais nas pessoas não devem, absolutamente, representar qualquer tipo de empecilho para que tenham acesso à formação superior.

Para concluir sua exposição, o Prof. Marcus citou uma frase de Alexander Graham Bell que traduz bem as iniciativas da UnB nessa caminhada em busca da formação de cidadãos plenos: *“Se andarmos apenas por caminhos já traçados, chegaremos apenas aonde os outros chegaram.”*

A **Profª Thelma Íris Perini** apresentou o Programa de Acessibilidade da Universidade Católica de Goiás. Implantado em 1997, o programa tinha como prioridade inicial o ajuste do acesso físico e atendimento especializado no momento do exame vestibular. Atualmente, a partir do trabalho de uma equipe multidisciplinar, desenvolve ações em duas frentes de trabalho: o “Núcleo de Acessibilidade”, que se ocupa das ações no momento do processo seletivo, e o “Programa de Acessibilidade e Permanência”, que se volta para o atendimento do estudante com necessidades especiais, durante todo o período em que permanecer como aluno.

O núcleo de acessibilidade fundamenta-se no Artigo Circular 277 MEC GM, de 08/05/1996, e, dessa forma, preocupa-se em proceder a ajustes em três momentos distintos do processo de seleção: na elaboração do edital, na aplicação dos exames e na correção das provas.

A Profª Thelma citou uma série de documentos oficiais que regulamentam o atendimento a candidatos/alunos com necessidades especiais.

O edital da UCG estabelece que:

O candidato deficiente (visual, auditivo, locomotor ou motor) – ou outro que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova, deverá preencher o quadro próprio na ficha de inscrição e terá de apresentar, até o dia 14.11.2007, a CAD justificativa por escrito.

O candidato que necessitar de tratamento diferenciado terá direito a sala apropriada ao caso, localizada a rua 232, Campus I, Área V, bloco A, Setor Universitário, com acompanhamento de pessoal treinado e outros auxílios possíveis, se o requerimento apresentado for deferido pela CAD.

No momento da inscrição, feita exclusivamente via internet, o candidato não apenas informa se tem ou não necessidade de atendimento especial, mas informa também o tipo de necessidade:

TEMPORÁRIA

- ☐ pós-cirúrgico
- ☐ acidentado
- ☐ gestante (último mês)

MOTORA

- ☐ comprometimento de membros inferiores
- ☐ comprometimento de membros superiores
- ☐ cadeira de rodas
- ☐ muletas
- ☐ bengala

AUDITIVA

- ☐ surdo oralizado
- ☐ surdo não-oralizado

VISUAL

- ☐ cego
- ☐ subvisão

Antes do vestibular, toda a equipe de apoio que dará atendimento aos candidatos com necessidades especiais é treinada por meio da realização de minicursos, palestras e oficinas. A docente da UCG relacionou todos os recursos e equipamentos didáticos utilizados no momento dos exames.

A correção das provas de redação dos candidatos com necessidades especiais é feita por bancas especiais, formadas por professores e profissionais com experiência na área.

Caso o candidato com necessidades especiais seja aprovado, seus dados são encaminhados para o Programa de Acessibilidade e Permanência, para que o novo aluno se junte aos 92 discentes já cadastrados e tenha acesso aos diversos serviços disponibilizados pelo programa.



Segundo o **relator** desse Grupo Temático, o trabalho desenvolvido por essas duas universidades deveria servir de exemplo para todas as universidades brasileiras.

## **Grupo Temático 2**

### **Gestão financeira: o gerenciamento dos recursos dos processos seletivos**

Debatedores:

- ✓ Sidiney Ruocco Junior  
Presidente da COPEV/UFU  
srjunior@ufu.br
  
- ✓ Vera Lúcia Silva Rezende  
Presidente da COPEVE/UFMG  
presidencia@copeve.ufmg.br

O **Prof. Sidiney Ruocco Júnior**, Presidente da COPEV/UFU, apresentou o sistema de gerenciamento dos recursos financeiros dos processos seletivos da UFU, com o objetivo de debater com os demais congressistas do SAES as dificuldades burocráticas que essa instituição ainda enfrenta.

O professor iniciou sua exposição relacionando as fontes de recursos, e explicando de que forma é feito o controle e o investimento dos recursos financeiros.

As dificuldades enfrentadas pela COPEV atualmente são principalmente de ordem burocrática. Para aquisições imediatas, essa comissão precisa contar com o suprimento de fundos da UFU. Outras dificuldades são: orçamento fechado na época dos processos seletivos, pagamento de diárias e passagens em locais fora da sede e o fato de não haver prioridade para o setor que arrecada o recurso.

A **Profª Vera Lúcia Silva Rezende**, Presidente da COPEVE/UFMG, apresentou de que forma é realizada a gestão financeira dos concursos vestibulares da Universidade Federal de Minas Gerais.

De acordo com o relato da professora, atualmente todos os recursos financeiros para a execução do vestibular na UFMG são captados pela FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa – FUNDEP, que possui total controle sobre os recursos financeiros por ela recolhidos. A COPEVE conta com um setor

financeiro, responsável por controlar internamente toda movimentação financeira dos processos seletivos.

Regulamentam o trabalho da FUNDEP as Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto 5.205, de 14 de setembro de 2004.

No final de cada projeto, a prestação de contas é apresentada ao Conselho Curador e ao Conselho Universitário, com a finalidade de demonstrar como foram gastos os recursos arrecadados com a realização do vestibular, e dar maior transparência do processo para a comunidade universitária e para a sociedade.

O **relator** desse grupo temático, em sua exposição, procurou ressaltar alguns aspectos importantes sobre o que foi discutido.

Falou sobre o impacto que o número de isenções de taxas de inscrição causa no montante recolhido. As dificuldades para pagamento de equipe são as mesmas, porque as universidades federais dispõem de poucas gratificações. Também foram relatados problemas comuns em relação à fiscalização, principalmente quanto à escolha dos membros da equipe: a melhor opção é contar com bolsistas ou usar serviço terceirizado?

O principal ponto discutido, entretanto, refere-se à importância que as fundações desempenham no trabalho das comissões de vestibulares. As universidades que não podem contar com uma fundação sofrem dificuldades burocráticas para a movimentação financeira, principalmente para os pequenos gastos ou para aqueles que devem ser pagos no momento da aquisição do produto ou contratação do serviço. Se a controladoria tentar proibir a realização de vestibulares com a gerência financeira de fundações, devem-se mostrar ao Ministério Público as dificuldades que as comissões de vestibulares têm para desenvolver o trabalho sem contar com essa prerrogativa.

### **Grupo Temático 3**

**Sistemas de digitalização e divulgação do desempenho dos candidatos: aspectos técnico-operacionais e garantia de segurança dos dados**

Debatedores:

- ✓ **Marco Antônio Assfalk de Oliveira**  
Coordenador de Informática e estatística do Centro de Seleção da UFG  
assfalk@cs.ufg.br
- ✓ **Ronaldo Santos Pinheiro**  
Analista de Sistemas do Centro de Seleção da UFG  
ronaldo@cs.ufg.br
- ✓ **Roger Werkhäuser Escalante**  
Coordenador de Educação Corporativa e Eventos do CESPE/UnB  
roger@cespe.unb.br

**O Prof. Marco Antônio Assfalk de Oliveira e o Analista de Sistemas Ronaldo Santos Pinheiro** apresentaram os sistemas de digitalização e divulgação do desempenho dos candidatos da Universidade Federal de Goiás.

Segundo eles, o processamento das respostas dos candidatos compreende: a) a organização das informações para armazenagem, visualização por parte do candidato e para apreciação pela banca; b) a correção das respostas dos candidatos pela banca ou por meio automático; e c) a agregação dessas informações para gerar o resultado final.

O processo seletivo da UFG consiste de duas etapas: a primeira com prova objetiva e a segunda com provas discursivas.

A prova objetiva é corrigida por meio eletrônico, utilizando gabaritos correspondentes aos quatro tipos de prova e um sistema de reconhecimento ótico-computacional de dados contidos nos formulários de resposta.

As provas discursivas são corrigidas manualmente. Antes de serem encaminhadas às bancas corretoras, as provas são despessoalizadas e organizadas em envelopes, que também não têm nenhuma informação sobre o curso para o qual concorrem aqueles candidatos. As notas atribuídas pela banca são lançadas pelos corretores em formulários e planilhas, que são lidos por sistemas computacionais, programados para detectarem discrepâncias nas notas atribuídas pelos corretores ao mesmo candidato e erros de preenchimento.

O Prof. Marco Antônio e o Analista de Sistemas Ronaldo descreveram os detalhes do sistema utilizado pelo Centro de Seleção da UFG, mostrando os formulários utilizados e detalhando os aspectos operacionais das correções.

**O Prof. Roger Werkhäuser Escalante**, Coordenador de Educação Corporativa e Eventos do Cespe/UnB, apresentou a experiência do Cespe/UnB com

os sistema de digitalização/interpretação e divulgação do desempenho de candidatos ao vestibular e ao PAS da Universidade de Brasília.

O professor organizou sua exposição em três momentos. Primeiramente, explicou os procedimentos feitos pelo Cespe antes da aplicação das provas, com o objetivo de criar um ambiente propício para a digitalização dos dados e a divulgação do desempenho dos candidatos.

Atualmente, o Cespe/UnB realiza as suas inscrições principalmente via internet. No momento da inscrição on-line, armazenam-se em um ambiente seguro os dados cadastrais dos candidatos, inclusive senha (criptografada), para acesso a quaisquer dados referentes aos eventos vinculados àquele indivíduo.

A partir do cadastramento do candidato em nossas bases de dados, o Cespe/UnB permite, quando necessário, a realização de troca de senha pelo usuário, vinculando sempre os acessos ao e-mail previamente armazenado na inscrição. Todo material a ser utilizado pelo candidato é previamente confeccionado de forma que possa ser futuramente digitalizado, garantindo-se a segurança das informações a serem captadas.

Num segundo momento, foram apresentados vários modelos de formulários, que possuem várias marcas previamente definidas para garantir a digitalização segura dos dados. O Prof. Roger historiou brevemente algumas fases por que passou o Cespe em relação aos sistemas de digitalização.

Antes da década de 90, eram utilizados os cartões perfurados para correção das provas. Na década de 90, o Cespe/UnB começou a utilizar as leitoras ópticas com capacidade de 30.000 documentos/hora. Em 2005, o Cespe/Unb adotou paralelamente a utilização de Digitalização e Interpretação com leitura óptica. A partir de 2006, o Cespe/UnB adotou definitivamente a utilização da Digitalização e Interpretação, tendo uma capacidade atual de digitalização de 30.000 documentos/hora e de interpretação de 24.000 documentos/hora. Hoje o Cespe/UnB possui 3 scanners KODAK 1800, com capacidade de digitalizar até 30.000 documentos por hora. Para interpretação dos dados o Cespe/UnB utiliza o software Teleform, com 3 licenças DESIGN (para programar os campos a serem interpretados) e 8 licenças READER (para realizar as interpretações das imagens digitalizadas). A capacidade atual de interpretação é de 24.000 documentos/hora.

Num terceiro momento, o Coordenador de Educação Corporativa e Eventos do Cespe, apresentou as formas de divulgação do desempenho dos

candidatos, que levam em consideração a garantia de segurança dos dados apresentados.

O professor encerrou sua exposição com a seguinte reflexão: “nunca devemos ter medo de sermos transparentes o suficiente para mostrarmos o que realmente deve ser visto”.

O **relator** desse grupo temático ressaltou alguns aspectos que foram mais amplamente debatidos. A maior preocupação dos especialistas é com a segurança do sistema de inscrição para garantir que a pessoa que fez a prova seja de fato o candidato inscrito.

Uma dificuldade que ainda existe é com o armazenamento de provas, porque ainda não se pode contar apenas com arquivos digitalizados.

O Cespe está desenvolvendo estudos para implantar novo sistema para controle da prova de redação. Se tudo der certo, os resultados do novo sistema poderão ser apresentados aos congressistas do SAES em 2010.

#### **Grupo Temático 4**

**Tipos de prova (objetivas e discursivas): a interdisciplinaridade como elemento articulador e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como eixo orientador**

Debatedores:

- ✓ **Maurício Urban Kleinke**  
Coordenador de Pesquisa da COMVEST/Unicamp  
kleinke@comvest.unicamp.br
- ✓ **Paulo Hideo Nakamura**  
Secretário Executivo da COPERVE/UFPB  
nakamura.paulo@uol.com.br
- ✓ **Uyguaciara Veloso Castelo Branco**  
Coordenadora Pedagógica da COPERVE/UFPB  
uyguaciara@terra.com.br

O **Prof. Maurício Urban Kleinke**, Coordenador de Pesquisa da COMVEST/Unicamp, apresentou as provas discursivas e temáticas no vestibular da Unicamp, que, segundo ele, foi criado tendo por objetivo uma maior equidade no acesso ao ensino superior, buscando selecionar um aluno capaz de “... *expressar-se*

*com clareza; ... organizar suas idéias; ... estabelecer relações; ... interpretar dados e fatos; ... elaborar hipóteses; ... dominar os conteúdos das disciplinas”.*

Inicialmente, o professor propôs aos congressistas que refletissem sobre o quanto o vestibular pode ser frustrante, já que pode deixar desapontados dois grupos: a) os professores, que se esforçaram para ensinar conhecimentos e habilidades que são (em geral) distintos dos avaliados nesses exames; e b) os candidatos que ficam abaixo da média (sempre que um grupo de estudantes estiver acima da média, necessariamente outro grupo estará abaixo dela).

A primeira fase do processo seletivo apresenta doze questões dissertativas de caráter geral (distribuídas entre diversas áreas de conhecimento), e uma redação. O estímulo à leitura e à escrita na educação básica, para o Prof. Maurício, é um dos motivos para a Unicamp propor questões dissertativas e redação na primeira fase. Tanto a redação quanto as perguntas versam sobre o mesmo tema (por exemplo: *cidades, agricultura, trabalho, saúde*).

O Coordenador de Pesquisa da COMVEST passou então a discorrer sobre os tipos de prova objetivas e discursivas, procurando apontar vantagens e desvantagens em cada um deles. Segundo ele, provas de múltipla escolha fazem com que o aluno procure apenas (apesar de demandar muito esforço intelectual) a resposta correta, e provas com questões abertas permitem ao candidato desenvolver raciocínio e espírito crítico em relação à resposta. Para esse coordenador, os educadores em geral acreditam, ainda que de forma intuitiva, que questões abertas permitem avaliar processos cognitivos mais elevados.

Continuando suas reflexões em torno das vantagens e desvantagens de cada tipo de prova, o Prof. Maurício apontou como principal vantagem da prova objetiva o fato de poder possuir um grande número de questões, o que permite que seja explorada uma grande variabilidade de assuntos e tópicos. No entanto, a prova objetiva, permite o acerto ao acaso.

A prova discursiva, por outro lado, além de levar o candidato a um nível maior de reflexão, permite uma avaliação que à resposta seja atribuída uma nota parcial. Entretanto, há algumas desvantagens: por ter que estar limitada a um número reduzido de questões, a prova discursiva não permite que um grande número de temas seja explorado, o que, necessariamente, acarreta a ausência de muitos temas importantes. A principal desvantagem, porém, é o fato de requerer a correção manual. Devido ao grande tamanho do vestibular da Unicamp (da ordem

de 50 mil candidatos), a prova discursiva pode trazer algum impacto, já que, para o Prof. Maurício: a) o tempo de correção não pode exceder a três semanas; b) deve-se evitar a composição de bancas muito extensas, porque tendem a desenvolverem grades de correção próprias.

O professor apresentou, então, dados sobre o índice de facilidade (ID) e o índice de discriminação (ID) das provas do processo seletivo 2008 da Unicamp.

Antes de refletir sobre a interdisciplinaridade presente na prova do vestibular da Unicamp, o Coordenador da COMVEST citou o que dizem alguns teóricos a respeito desse assunto para comparar com o tratamento que os PCNs dão ao tema:

Intercâmbio mútuo e integração recíproca entre várias ciências. Esta cooperação tem como resultado um enriquecimento recíproco (Piaget).

Cooperação de várias disciplinas científicas no exame de um mesmo e único objeto (Marion).

Transferência de problemática, conceitos e métodos de uma disciplina para outra (Thom).

A forma mais direta e natural de se convocar temáticas interdisciplinares é simplesmente examinar o objeto de estudo disciplinar em seu contexto real, não fora dele. (PCN)

Na primeira fase do processo seletivo da Unicamp, toda a prova discorre sobre o mesmo tema (Descobrimento do Brasil, saúde, agricultura, fronteiras, rádio, etc. ). A coletânea de textos é utilizada para a redação e também nas questões. É uma prova com questões contextualizadas. O professor Maurício apresentou e analisou questões da prova do processo seletivo 2008.

Os PCNEM e a LDB sugerem que a educação básica tenha por objetivo “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania...”. Para o professor Maurício, agir como cidadão significa ser capaz de refletir e opinar sobre situações reais (interdisciplinares e contextualizadas). No caso brasileiro, pergunta ele, qual contextualização deve ser utilizada em um vestibular? Qual o grupo social que conhece o contexto proposto? Por isso, para ele, o uso dos PCNs como eixo norteador é louvável, mas deve ser visto com cautela, porque acredita que os PCNs sejam um projeto muito bem elaborado, porém ainda não fazem parte, de fato, do universo escolar.

Para Maurício, criar provas interdisciplinares não excludentes, selecionando candidatos no perfil desejado é hoje o desafio colocado aos gestores dos processos seletivos. Por isso, estudos têm sido desenvolvidos para que haja alterações nas provas da segunda fase do vestibular da Unicamp. As alterações até aqui propostas são as seguintes:

- ✓ Seriam aplicados três tipos de prova, dependendo da área escolhida pelo candidato:
  - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias
  - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias
  - Ciências Humanas e suas Tecnologias
- ✓ Algoritmos computacionais e Artes seriam solicitados na prova sobre Linguagens
- ✓ A matemática permearia todas as provas

A professora **Uyguaciara Veloso Castelo Branco**, Coordenadora Pedagógica da COPERVE/UFPB e **Paulo Hideo Nakamura**, Secretário Executivo da COPERVE/UFPB, apresentaram as provas do Processo Seletivo Seriado da UFPB e as mudanças teórico-metodológicas que subsidiaram a reformulação dos programas das matérias.

As mudanças realizadas no PSS 2008 foram as seguintes:

#### QUESTÕES DAS PROVAS:

- ✓ Substituição de questões discursivas por questões objetivas que tenham, como característica fundamental, a cobrança de capacidades cognitivas mais amplas, que não se prendam à memorização ou à definição de conceitos simples, mas que envolvam situações-problema em uma abordagem por competência, cuja preocupação aponte para a contemporaneidade e a contextualização.

#### EIXO NORTEADOR NA CONSTRUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO:

- ✓ Aproximação entre as temáticas abordadas e o cotidiano;
- ✓ Questões de múltipla escolha que permitem também o acerto parcial, com o desenvolvimento, passo a passo, do raciocínio do candidato.
- ✓ Utilização de gêneros textuais, configurando uma Prova de Redação com questões de produção textual, em substituição ao modelo de redação tradicional (dissertação, descrição, narração), que constituía apenas uma questão da prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. A prova de Redação contém duas questões de produção textual, que contemplam gêneros textuais diversos como por exemplo:



carta, notícia, reportagem, resenha crítica, texto de opinião, texto publicitário, resumo etc.

- ✓ Cada questão da prova de Redação é corrigida por dois professores examinadores, contemplando-se os seguintes critérios de avaliação:
  - ✓ Gênero e Tema
  - ✓ Coerência e Coesão Textuais
  - ✓ Norma culta escrita

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS MATÉRIAS:

- ✓ Mudança significativa nos conteúdos programáticos das matérias, para atender a determinação dos seguintes documentos legais:
  - ✓ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM);
  - ✓ Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM);
  - ✓ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN +);
  - ✓ Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCEN);
  - ✓ Referenciais Curriculares para o Ensino Médio do Estado da Paraíba.
- ✓ A proposta de mudança apresenta programas referentes a cada uma das séries do Ensino Médio (PSS 1, 2 e 3) que possibilitem um trabalho integrado, de caráter interdisciplinar, que respeite às três grandes áreas do conhecimento (Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias);
- ✓ Tentativa de superação de uma concepção de ensino-aprendizagem meramente conteudística.

Continuando a exposição, os professores afirmaram que, para que essas mudanças fossem efetivadas, foi necessário exigir das bancas elaboradoras: a) domínio, além dos conteúdos da sua área de atuação, da norma culta da Língua Portuguesa e do conhecimento básico das diferentes linguagens: matemática, científica e artística; b) capacidade de aplicar corretamente os conceitos da sua área de trabalho e os conceitos básicos das outras áreas envolvidas na construção da situação-problema, seu enunciado e alternativas; e c) capacidade de selecionar e organizar corretamente os dados e as informações representados nas suas diversas formas, para descrever a situação-problema e o enunciado da questão.

Os professores, então, expuseram detalhadamente todas as fases de elaboração das provas e esclareceram que pressupostos são considerados na elaboração de questões de múltipla escolha e de que forma é calculada a pontuação parcial nesse mesmo tipo de questão.

Para encerrar, os professores da UFPB expuseram as propostas que já foram apresentadas para a elaboração de provas do PSS 2009, que se referem basicamente à estruturação da prova em eixos temáticos por matéria, conforme suas peculiaridades em cada uma das séries do Ensino Médio. Esclareceram que a

escolha de eixos temáticos ou de temas norteadores não visa atravessar ou interligar forçosamente as matérias, mas possibilitar múltiplas situações que permitam analogias. O que se busca, segundo eles, é um fio condutor que permita aos candidatos situarem-se nas questões que compõem o instrumento de avaliação, mobilizando suas competências e habilidades para solucionar situações-problema vinculadas ao seu cotidiano, contribuindo para sua formação cidadã. Como dinâmica de trabalho, a COPERVE sugere que cada uma das áreas reflita sobre a serem trabalhadas, separadas por matéria ou agrupadas por área.

O **relator** desse grupo procurou destacar os aspectos mais ressaltados durante o debate. Apontou algumas semelhanças entre as provas dos dois processos seletivos apresentados (Unicamp e UFPB). Falou sobre a vantagem das provas discursivas da Unicamp em relação a possibilitar a seleção do candidato que se quer, no entanto, apresentam desvantagens em relação ao custo e subjetividade na correção.

Ressaltou as mudanças ocorridas na elaboração das provas da UFPB, principalmente em relação à prova de redação (gêneros textuais em substituição a tipologia textual) e à preocupação com a interdisciplinaridade.

Comentou que uma das dificuldades que as comissões de vestibulares têm refere-se às bancas elaboradoras. Por vezes, os professores não correspondem ao perfil que se quer, e não atendem às recomendações. Para minimizar esse problema, algumas sugestões foram apresentadas: que o processo de elaboração se inicie sempre com a análise da avaliação da prova anterior, que as comissões de vestibulares invistam na capacitação dos elaboradores e que haja assessoramento constante no momento da elaboração das provas.

Em relação à prova de redação, foi sugerido que o tema não seja escolhido dentre aqueles que tiveram muita repercussão na mídia.

## **Grupo Temático 5**

### **Prova de redação: princípios norteadores e os critérios de correção**

Debatedoras:

✓ Kátia Menezes de Sousa

Docente da Faculdade de Letras da UFG  
km-sousa@uol.com.br

- ✓ Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago  
Docente do Curso de Letras da UFG/CAJ  
lurdinhapaniago@terra.com.br
- ✓ Maria Ascensión Jiménez Martín  
Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Concursos da UFPR  
sion@nc.ufpr.br

As professoras **Kátia Meneses de Souza** e **Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago** expuseram as mudanças implementadas pelo Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás na prova de redação do processo seletivo da instituição.

As professoras procuraram discorrer sobre os pressupostos teóricos e as concepções de linguagem que embasaram a elaboração das propostas de redação e dos critérios de correção e que propiciaram o formato atual da prova.

Foi esclarecido que, até 1995, as três opções apresentadas pela prova de redação ao candidato eram descrição, narração e dissertação. A partir do vestibular de 1996, a opção “descrição” foi substituída por “carta argumentativa”.

Finalmente, a partir do Processo Seletivo 2003, por compartilhar com Bakhtin a idéia de que as realizações lingüísticas são gêneros que circulam socialmente, a banca elaboradora passou a propor três gêneros textuais na prova de redação, acreditando que a língua deve ser vista em seus aspectos discursivos e enunciativos e não apenas em suas categorias formais.

A banca procura não repetir regularmente os gêneros, para que os candidatos não tentem adivinhar os gêneros que serão solicitados no próximo processo seletivo e se sintam estimulados a se prepararem apenas para um tipo de texto. O histórico dos gêneros até aqui propostos é o seguinte:

PS 2003

- a) artigo de opinião
- b) carta de leitor
- c) conto ou crônica

PS 2004

- a) artigo de opinião
- b) carta argumentativa
- c) conto

PS 2005

- a) diário
- b) editorial
- c) carta de leitor

PS 2006

- a) artigo de divulgação científica
- b) crônica
- c) carta aberta

PS 2007

- a) artigo de opinião
- b) fábula
- c) carta pessoal

PS 2008

- a) conto fantástico
- b) carta de reclamação
- c) manifesto

Essas professoras consideram que a prova de redação da UFG não é apenas uma prova de produção textual, mas também uma prova de leitura, não apenas da coletânea, mas de outros textos a que o candidato tenha tido acesso, dentro ou fora da escola.

São os seguintes os critérios de correção:

- a) adequação ao tema
- b) adequação à leitura da coletânea
- c) adequação ao gênero
- d) adequação à modalidade
- e) coesão e coerência

A prova do PS-2008 foi apresentada aos congressistas presentes, assim com a chave de correção. As professoras esclareceram que em relação ao critério “adequação ao gênero”, é elaborada uma chave de correção para cada um dos gêneros propostos.

Optando por esse tipo de prova, o Centro de Seleção leva em conta as especificidades textuais exigidas pelas várias esferas de comunicação da sociedade, como também contempla os objetivos de ensino de Português propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A **Profª Maria Ascensión Jimenez Martin**, Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná, apresentou as mudanças que também ocorreram na prova de redação do processo seletivo da UFPR.

Segundo a Profª Ascensión, foi a preocupação da banca de correção da prova de redação em garantir que o trabalho tivesse a maior objetividade possível que estimulou as mudanças feitas na prova. O Núcleo de Concursos optou, então, pelo desdobramento da prova em questões que avaliam diferentes habilidades de leitura e escrita.

A prova é elaborada com um número variável de questões, que pode chegar a sete. As sete questões que compõem a prova do PS-2008 foram apresentadas para os congressistas do SAES.

Para essa Coordenadora Acadêmica, a resposta a cada uma das questões exige do candidato:

- Adequada compreensão dos textos
- Adequada compreensão da orientação dada em cada enunciado
- Domínio dos recursos lingüísticos
- Linguagem clara e correta
- Escolha adequada de vocabulário
- Respeito às normas ortográficas, de regência, concordância e pontuação

Outra medida adotada, visando maior objetividade na correção, refere-se ao processo de correção. Cada questão vale seis pontos. Os cinquenta corretores são divididos em grupos e cada um avalia a mesma questão do início ao final da correção. Esse formato, na opinião do Núcleo de Concursos da UFPR, facilita um acordo em relação aos critérios a serem adotados na correção. Depois de um dia de treinamento e do estabelecimento de critérios, há dupla correção “cega” de cada questão. Caso haja discrepância de mais de dois pontos, uma terceira avaliação é feita, necessariamente pelo coordenador do grupo.

A **relatora** desse grupo temático procurou revelar os aspectos mais importantes dentre aqueles que serviram ao debate dos congressistas após a exposição dos dois modelos de prova de redação (UFG e UFPR).

Um aspecto que foi bastante discutido refere-se ao tempo para a resolução da prova. Na UFG, o candidato tem 5 horas para resolver a prova de redação e de outras duas disciplinas (dependendo da área de conhecimento do curso). Na UFPR, o candidato tem 5 horas para a resolução somente da prova de redação.

A relatora chamou atenção dos congressistas do SAES para o Curso “Corrigindo Redações na UFG”, que há alguns anos é oferecido pela instituição. O curso, promovido pelo Centro de Seleção da UFG, visa criar um espaço de interação e troca de experiências entre os professores da universidade e professores de língua portuguesa de instituições de ensino médio e superior. Um outro objetivo do curso é selecionar, dentre os participantes, professores para a correção da prova de redação do próximo processo seletivo.

### **Mesa Redonda 3**

**21/05/2008 – 08:30 horas**

**Tema: PROCESSOS SELETIVOS ESPECIAIS: EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) E DEMANDA DE GRUPOS ESPECÍFICOS**

**Palestrantes:**

- ✓ **Inês Assunção de Castro Teixeira**  
Coordenadora do Vestibular da Licenciatura de Campo 2008 da FAE/UFMG  
ines.teixeira@pesquisador.cnpq.br
- ✓ **Maria do Socorro Pimentel da Silva**  
Coordenadora do Núcleo Takinahaky de Formação Superior Indígena da FL/UEG  
smariapimentel@yahoo.com.br
- ✓ **Oreste Preti**  
Coordenador dos Cursos de Licenciatura do NEAD/UFMT  
oreste@nead.ufmt.br
- ✓ **Maria Salette da Trindade Rabelo (moderadora)**  
Diretora do Núcleo de Seleção da UEG  
salette@ueg.br

A **Profª Inês Assunção de Castro Teixeira** apresentou alguns aspectos dos processos seletivos dos cursos de Pedagogia da Terra e Licenciatura do Campo da Faculdade de Educação da UFG, com o objetivo de estimular a discussão em torno de questões sociopolíticas e pedagógicas relacionadas ao acesso de grupos específicos ao ensino superior.

Ambos os cursos objetivam a formação de professores. Pedagogia da Terra é um projeto da UFG destinado predominantemente a estudantes de Assentamentos do Movimento dos Sem Terra; e Licenciatura do Campo destina-se a

alunos vinculados a projetos, instituições e organismos ligados às escolas do campo. A professora descreveu detalhadamente esses dois processos seletivos.

A professora afirmou que, sendo a UFMG uma universidade de excelência, é preciso que essa excelência seja constantemente buscada não apenas em aspectos acadêmicos, mas sobretudo no social.

O vestibular, para essa professora, está normalmente calcado na meritocracia, e, por isso, é “uma das coisas mais antidemocráticas do país”, principalmente por tratar de forma igual o que é diferente. Ela propõe, então, que se pense o vestibular de forma mais ampla, buscando uma sociedade mais justa. Para isso, o vestibular deveria estar calcado em duas ordens de fatores: pedagógica e social.

Abordando aspectos pertinentes às particularidades socioculturais e históricas e os percursos de escolarização desses dois grupos específicos, populações historicamente excluídas das universidades públicas do país, a professora defendeu que tais grupos requerem atenção diferenciada, o que traz implicações para os processos seletivos, inclusive em relação à elaboração e realização dos exames aos quais os candidatos são submetidos.

A Coordenadora do Vestibular da Licenciatura do Campo defendeu a necessidade de inclusão desses segmentos no ensino universitário público de qualidade. Para ela, deve-se partir do pressuposto de que a educação é um direito de todos e de que a universidade brasileira não pode mais se omitir, silenciar ou desconhecer as parcelas da população que dela foram historicamente alijadas. É preciso, segundo ela, reverter esse quadro, criando estruturas, dinâmicas, projetos e práticas acadêmico-universitárias, a começar por processos seletivos de acesso à universidade que assegurem a igualdade na diferença. É urgente que tais processos e práticas reconheçam – efetivamente - o direito à diferença diante do que uniformiza e o direito à igualdade frente ao que inferioriza, discrimina ou exclui.

Sob o título “Educação bilíngüe intercultural como política de sustentabilidade social”, a **Prof<sup>a</sup> Maria do Socorro Pimentel da Silva** apresentou alguns aspectos da proposta de educação bilíngüe do Curso de Licenciatura Intercultural de Formação de professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás, que foi criado para atender pedido de lideranças indígenas da região Araguaia-Tocantins.

Atualmente há 94 alunos matriculados (59 entraram em 2007, e 35, em 2008):

<b>Karajá</b>	29 universitários
<b>Javaé</b>	05 universitários
<b>Xerente</b>	21 universitários
<b>Tapirapé</b>	18 universitários
<b>Gavião</b>	02 universitários
<b>Tapuio</b>	07 universitários
<b>Apinajé</b>	06 universitários
<b>Krahô</b>	05 universitários
<b>Guarani</b>	01 universitário

O processo de seleção para o ingresso desses alunos na UFG considerou a realidade social, econômica, cultural e intercultural em que vivem os povos indígenas. Priorizaram-se, ainda, as reivindicações das comunidades no que diz respeito à implantação de projetos sustentáveis dos quais os jovens indígenas possam fazer parte. Essas informações serviram de base para definir toda proposta do curso, cujo eixo do projeto pedagógico é: “Diversidade e Sustentabilidade, definidas com base na realidade das sociedades indígenas, no reconhecimento da diferença étnica, na situação em que cada comunidade vive e no seu relacionamento com outros povos”.

O Curso tem por objetivo formar e habilitar professores indígenas em Licenciatura Intercultural, para lecionar nas Escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com vistas a atender à demanda das comunidades indígenas no que toca à formação superior de seus professores, nas áreas de concentração de CIÊNCIAS da LINGUAGEM, CIÊNCIAS da NATUREZA e CIÊNCIAS da CULTURA.

Os princípios pedagógicos do curso são:

- Transdisciplinaridade e interculturalidade, entendidos aqui de forma dialógica, tanto no que se refere à relação entre as diferentes culturas quanto à interação entre as várias áreas do saber.
- Nesse sentido, as áreas de conhecimento das diferentes ciências estarão relacionadas umas com as outras, sem separar, por exemplo, matemática de geografia, língua de história, literatura de arte.

O Curso desenvolve-se por meio de três modalidades de encontros anuais, a saber:



- 1) estudos presenciais na UFG, que acontecem nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto;
- 2) estudos presenciais nas aldeias, que têm por objetivo favorecer a interação dos docentes do curso de Licenciatura Intercultural com as comunidades indígenas. Essa convivência tem por propósito subsidiar o diálogo entre os conhecimentos específicos produzidos pelos povos indígenas e os ditos científicos ou universais; e
- 3) estudos presenciais nos Pólos/sede, que têm por objetivo a articulação teoria e prática como base de construção de um projeto político pedagógico baseado na realidade sociocultural e sociolingüística, bem como nos projetos das comunidades.

O processo seletivo prevê:

- 1) indicação pela tribo
- 2) apresentação de currículo, com informações sobre projetos em que o candidato está envolvido
- 3) entrevistas, em português e línguas indígenas
- 4) redação – com tema ligado à interculturalidade e/ou direito à cidadania

A proposta curricular e a matriz do curso foram apresentadas aos congressistas do SAES, inclusive com informação de carga horária. Os universitários devem desenvolver pesquisa que têm por propósito subsidiar o diálogo entre os conhecimentos específicos produzidos pelos povos indígenas e os ditos científicos ou universais, favorecendo, assim, a realização, na prática, da transdisciplinaridade e da interculturalidade. Os trabalhos de conclusão de curso, requisito obrigatório para obtenção do título, serão desenvolvidos em uma das linhas de pesquisa a seguir especificadas, e avaliados pelo professor orientador.

- Educação Indígena e Educação Escolar;
- Meio Ambiente e Auto-sustentação;
- Políticas Lingüísticas e Ensino Bilíngüe;
- Arte, Tradição e Mercado;
- Políticas Indigenistas, Interculturalidade e Movimentos Indígenas;

Para a Coordenadora do Núcleo Takinahaky de Formação Superior, o curso tem trazido muitos bons frutos. Em dois anos de existência, não há nenhum aluno desistente e isso, para ela, é um exemplo para a UFG.

Ressaltou que o curso tem como princípio a sustentabilidade também porque pretende formar embaixadores, ou seja, multiplicadores que se proponham a repassar os conhecimentos na aldeia. Esclareceu também que o princípio da interculturalidade deve ser visto não como sinônimo de colonização, mas como disposição para o diálogo, para conhecer o diferente.

O **Prof. Oreste Preti** apresentou as experiências desenvolvidas pelo Núcleo de Educação a Distância da UFMT.

Segundo ele, a Universidade Federal de Mato Grosso, desde seu nascimento (1970), ao cognominar-se de *Uniselva*, optou por uma política de interiorização. Assim, a partir de 1979, iniciou a oferta de cursos de licenciatura (Pedagogia, Letras, Ciências, História e Geografia) para titulação e formação de professores nos municípios distantes da Capital do Estado, em parceria com o governo estadual e as prefeituras – Programa de Interiorização.

O acesso aos cursos era por Processo Seletivo Especial, realizado pela Coordenação Especial de Vestibular da UFMT. Quando, em 1994, a UFMT ofereceu o primeiro curso de graduação a distância, a partir da experiência com os cursos de “Interiorização” (Licenciaturas “Parceladas”), para evitar problemas legais e a possibilidade de recursos para inscrição de quem quisesse, o Edital caracterizou o vestibular como “Processo Seletivo Especial”, para atender demandas específicas e não aberto à demanda social.

Posteriormente, na fase de expansão do curso, o CONSEPE estabeleceu normas para o ingresso de professores da Rede Básica do Ensino de Mato Grosso, nos cursos de Licenciatura da UFMT, oferecidos na modalidade Presencial, Especial e a Distância, como parte do Programa Interinstitucional de Qualificação Docente para Professores da Rede de Ensino Público de Mato Grosso (1994).

Com a adesão, em 2006, ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, oferecendo cursos a distância de licenciatura e de bacharelado, o processo foi aberto para atender à demanda específica (50% das vagas) e à demanda social (50%). Trata-se de novo marco na expansão da UFMT e no processo de acesso a seus cursos, apresentando, porém, alguns problemas na configuração da nova dinâmica de oferta de cursos a distância e nos aspectos legais do processo seletivo.

O Prof. Oreste fez questão de ressaltar o grande número de professores que já foram atendidos pelas iniciativas do NEAD, chamando a atenção para o fato de que a educação exige presencialidade, mas que muitas vezes há mais presencialidade em cursos EAD do que em cursos presenciais.

Esse professor sugeriu que se pergunte qual o sentido social para o município onde a instituição está inserida, para que não se formem desempregados. Com essa preocupação, a UFMT tem feito estudo de demandas para se verificar em que área é necessário atuar.

### **Debates sobre exposição da Mesa Redonda 3**

Depois da exposição de todos os palestrantes, a moderadora da mesa, Prof<sup>a</sup> Maria Salette da Trindade Rebelo, convidou todos os presentes para o “café com prosa” e para o momento cultural. Em seguida, todos retornaram ao auditório para debater as questões apresentadas pela mesa.

As questões propostas pelos congressistas aos membros da Mesa 3 foram basicamente:

- a) Quais as consequências para a sociedade da existência de vestibulares sem consideração do mérito? A banca ressaltou que a universidade não tem cumprido o seu papel. Para ela, “dar cota aos pobres apenas nos cursos de pobres não resolve o problema”. Salientou, também, que o desempenho escolar é fruto de condições pedagógicas e sociais, pois não se aprende só na escola. Assim, para essa pesquisadora, se tiverem condições também de permanência (e não apenas de acesso), esses alunos têm condições de apreenderem tanto quanto os outros e se transformarem que bons profissionais.
- b) De que forma são avaliadas as redações dos candidatos ao vestibular do curso intercultural da UFG? Foi esclarecido que são compostas bancas, antes do dia dos exames, das quais participam antropólogos, lingüistas, historiadores e indígenas de notório saber.
- c) Quais as implicações políticas de os candidatos aos cursos serem indicados por suas tribos. Essas indicações também não revelam relações de poder? Não seriam, dessa forma, formas antidemocráticas de acesso ao ensino superior? Foi respondido que, se constituem relações de poder, são relações de poder bem mais democráticas. São líderes, não caciques. Foi relatado que a coordenação do curso já recebeu muitas cartas de moradores das tribos agradecendo o trabalho feito pelos líderes na aldeia.
- d) Houve alguma experiência negativa, algum momento de tensão, na relação com o MST? A Prof. Inês esclareceu que o único momento de

tensão até aqui verificado foi num dia em que eles quiseram impedir que houvesse aulas na UFMG porque eles estavam fazendo um movimento. Normalmente, o relacionamento é tranqüilo.

- e) Fazer vestibular diferenciado é reconhecer que há especificidades. O que a mesa pensa a respeito disso? O Prof. Oreste respondeu que o vestibular, no caso dos cursos oferecidos pelo NEAD, o vestibular é só pró-forma, porque na verdade não há seleção; as vagas são abertas conforme a demanda. Por isso, não faz muita diferença o formato que ele tem. O grande desafio é fazer com que ele tenha uma formação de qualidade e que permaneça no curso. A Prof<sup>a</sup> Socorro defendeu que se devem reconhecer os processos sociais das comunidades. É por isso que, na UFG, trabalha-se na seleção com temas que fazem parte do cotidiano das comunidades e todas as vagas são preenchidas. A Prof<sup>a</sup> Inês voltou a defender a necessidade de fazer vestibulares que tratem não apenas o diferente, mas também o desigual.

### **Recomendações e encaminhamento sobre os temas discutidos**

Como última atividade do SAES 2008, os congressistas se reuniram no auditório para deliberarem sobre as propostas apresentadas durante o evento.

Algumas decisões já haviam sido tomadas na “Assembléia sobre o perfil dos próximos SAES” e, nessa ocasião, foram apenas ratificadas:

- a) O SAES será realizado sempre no período de domingo a quarta-feira da semana do feriado de Corpus Christi. Portanto, o próximo SAES está agendado para 07 a 10 de junho de 2009.
- b) O próximo SAES será realizado no Rio de Janeiro, promovido pelas instituições: CEFET-RJ, UFF, UERJ, UFRJ, UNIRIO e possivelmente outras IES cariocas ou fluminenses que ainda serão convidadas.
- c) sobre a inclusão de temas, sugeriu-se que a programação do SAES 2009 contemple discussões sobre:
  - ✓ Comunicações e relatos de experiências

- ✓ Exposição de empresas que ofereçam produtos e serviços voltados para processos seletivos
  - ✓ Grupo Temático sobre a elaboração de provas para deficientes auditivos
  - ✓ debate sobre questões financeiras relacionadas aos recursos arrecadados pelas fundações (questão já discutida no SAES-2007, cujo relatório ainda não foi disponibilizado)
  - ✓ Debate sobre Processos Seletivos dos cursos do REUNI, especialmente aqueles com formato diferente dos usuais.
- d) Sugeriu-se que alguns temas, dada a sua importância, deveriam fazer parte da programação ainda que já tenham sido discutidos em evento anterior, tais como: elaboração de provas, fraudes (experiências em várias universidades), pagamento de equipe, fiscalização, etc.
- e) Quanto ao formato do SAES, ficou definida a manutenção dos seminários regionais, que serão realizados sem pauta preparada pela organização geral, para que haja mais oportunidade de discussão de questões específicas de cada região.
- f) Sugeriu-se também incluir uma tarde livre, para que haja mais oportunidade de confraternização.
- g) Ressaltou-se a necessidade de melhorar a comunicação das informações em relação ao SAES anterior. Além do envio do relatório aos congressistas, sugeriu-se que os sites dos SAES anteriores continuem ativos. No site do evento atual serão sempre criados links que remetam o visitante às páginas dos eventos anteriores. Do mesmo modo, sugeriu-se que sejam criados links nos sites anteriores para direcionamento para os sites dos próximos SAES.
- h) Os sites que serão criados para o SAES-2008 são:
- [www.vestibular.uff.br/saes](http://www.vestibular.uff.br/saes)
  - [www.unirio.br/saes](http://www.unirio.br/saes)

- [www.vestibular.ufrj.br/saes](http://www.vestibular.ufrj.br/saes)

- i) Recomendou-se que a programação e os resumos das apresentações sejam disponibilizados na página do evento com mais antecedência.
- j) Sugeriu-se que o convite para participação nos próximos SAES seja feito para todas as instituições de ensino superior, e não apenas para as instituições que já participaram de eventos anteriores.
- k) Ficou definido, após consulta ao reitor da UFRR, que o SAES 2010 será realizado em Roraima.

Após terem se esgotado todas as discussões que dependiam de deliberação, a Presidente da Comissão Organizadora do SAES 2008 anunciou que, caso não houvesse mais manifestações, daria início à cerimônia de encerramento do SAES.

O Prof. Roberto Vianna da Silva (UNIRIO), parabenizando toda a equipe organizadora e de apoio, elogiou a organização do SAES 2008, e disse que, nesse evento, o SAES renasceu como seminário.

## **Programação Cultural**

A seguir apresentamos pequena descrição de cada um dos grupos culturais, cujas apresentações foram incluídas na programação do SAES 2008:

### **Grupo Musical Fé Menina**

Formado em 1995, o trio vocal, composto pelas cantoras Mônica Izacc, Fabiana Tavares e Gilka Martins, interpreta a música popular brasileira com arranjos e técnica vocal bem particulares. Desde sua criação, o Grupo vem se apresentando nos mais diversificados espaços com repertório variado que inclui ritmos e compositores que representam nossa cultura musical, como Noel Rosa, Caetano Veloso, Baden Powell e Chico Buarque. Compositores Goianos como Fernando

Perillo, Marcelo Barra, David Izacc e Cláudio Vespar, entre outros, também fazem parte do repertório desse trio.

Além do próprio CD, o grupo participou de gravações de artistas goianos como Gilberto Correia, Grupo Evoeh, I Fest Pop, além de duas faixas no CD Cantorias de Natal, produzido por Yara Moreira em 1998. Tem participado como grupo convidado de vários eventos da Universidade Federal de Goiás.

O grupo, que foi indicado ao Prêmio Caras de MPB, nas categorias Grupo Revelação e Melhor Disco, atualmente se prepara para a gravação do segundo CD.

### **Ângela Barcelos Café**

#### **Contadora de Histórias**

Graduada em Educação Física pela Esefego; especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UFG e Mestra em Estudos do Lazer pela Unicamp. Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG) de 1992 à 2001, no Colégio de Aplicação e na Escola de Música e Artes Cênicas, no curso de licenciatura em Artes Cênicas, desde 2001. Já atuou no ensino Básico por mais de vinte anos, incluindo experiências com creches e 3ª idade.

Participou do grupo Gwaya – Contadores de Histórias /UFG, desde seu início, em 1993 até 2005. Foi responsável pela criação de muitos grupos de Contadores de Histórias, por todo o Brasil, ministrando cursos e oficinas para profissionais de diversas áreas, deixando grupos de contadores que continuam atuando na área.

Apresenta sessões de histórias em diversos eventos e locais, atendendo e/ou assessorando projetos relacionados ao tema. Atualmente, coordena uma linha de pesquisa sobre Cultura Popular e Contadores de histórias, na UFG; coordena os estágios do curso de Artes Cênicas, nas modalidades de Bacharelado e Licenciatura; presta assessoria ao Ponto de Cultura COEPI na cidade de Pirenópolis, fazendo a reorientação curricular para que os professores valorizem os saberes orais, como parte importante na formação do Ensino Básico; presta assessoria ao projeto Ôlho da Rua, aprovado pela Funarte e pela lei Roanet, na busca de matrizes de movimentos corporais, com base na capoeira Angola e na Dança dos Orixás, para encenação de Teatro de Rua.

É autora do livro: “Dos contadores de histórias e das histórias dos contadores”, ed. Cegraf/UFG, 2005, resultado de sua pesquisa de mestrado.

### **Grupo Gafieira-Choro**

Grupo musical formado por Luiz Carlos “Salário” (pandeiro/ percussão), Leandro Gomes (cavaquinho), José Ribamar “Riba” (violão) e José de Geus “Zé do Choro” (clarineta/ saxofone).

Tem como objetivo principal a pesquisa, estudo e divulgação do repertório de choro e gêneros musicais afins. Em sua atuação, resgata repertório de compositores brasileiros renomados a exemplo de Pixinguinha, Jacob do Bandolim, K-Ximbinho, Waldir Azevedo, Luiz Americano, dentre outros.

### **Banda Pequi**

A Banda Pequi é um Projeto de Extensão e Cultura da Escola de Música da UFG, que se beneficia da disciplina Conjunto Musical, disponível nas grades curriculares dos diversos cursos de música oferecidos pela EMAC, para manter um grupo de pesquisa e execução em performance, tendo como foco a música popular brasileira. Sua instrumentação é composta de 4 trompetes, 4 trombones, 5 saxofones e base completa, integrando 19 músicos.

### **Orquestra de Violeiros do Estado de Goiás**

A Orquestra de Violeiros é o grupo musical da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira voltado para um gênero bem específico: a música que canta a vida no campo, fala das aventuras e desventuras do homem da roça. É um estilo que alguns denominam de “música de raiz”. A Orquestra de Violeiros surgiu em 1982. Seu fundador foi o radialista pernambucano Augusto Saraiva Tenório, conhecido como Ted Jones que também foi coordenador da Orquestra. Criada, a orquestra não tinha um local próprio para os ensaios. Os músicos se encontravam no Bairro Goiá e faziam seus estudos em locais improvisados. A primeira regente da orquestra foi Mara Santos (nome artístico de Altiva da Silva Saraiva, mulher de Ted Jones).



Durante seis anos, a orquestra esteve vinculada ao Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne). A corporação musical tinha como função executar tal gênero musical. Anos depois, a Orquestra de Violeiros de Goiás passou a pertencer à Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira (hoje Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel). Outro pernambucano tem estado ligado aos destinos da Orquestra de Violeiros. É Geraldo Alves, que atuou como coordenador do grupo, de 1993 a 1998. A partir de 1999, Geraldo Alves passou a atuar como chefe da Orquestra. Atualmente, a orquestra é composta por 29 músicos.

Relatório elaborado por:  
Profª Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago  
UFG – Campus Jataí  
[lurdinhapaniago@terra.com.br](mailto:lurdinhapaniago@terra.com.br)